

Contexto Geral: O mercado interno apresentou um modesto crescimento no PIB em 2011, o que não se refletiu no mercado de bebidas, onde houve um ligeiro declínio, impactado basicamente pelos efeitos climáticos e aumento de preços decorrentes de elevação nos custos das *commodities* e da carga tributária. Diante de uma previsão de crescimento da economia brasileira para 2012, faz-se importante a continuidade de investimentos para atender a estratégia de crescimento da Cia., o que permitirá um cenário favorável e de bons resultados neste ano. Assim, com base nas expectativas positivas para 2012, a Schincariol prepara-se para consolidar seus investimentos na modernização de plantas, bem como na ampliação de sua capacidade produtiva e de distribuição, num montante estimado em R\$ 480 milhões. Como se sabe, a Schincariol já é detentora de um dos maiores parques de produção da América do Sul, com 13 modernas fábricas instaladas em 11 estados, e nas cinco regiões, sendo a segunda maior cervejaria no Brasil, com participação de mercado (*Market Share*) de 14,4% em Cervejas e de 5,5% em Refrigerantes (considerando os números divulgados pelo SICOBE – Sistema de Controle de Produção de Bebidas, da Secretária da Receita Federal). Em 2011, o controle acionário da Schincariol foi integralmente transferido para a Kirin Holdings, uma tradicional empresa de capital aberto no Japão, com atuação global no setor de bebidas, e importante atuação em tal segmento na Ásia e Oceania, além de outros negócios. Este movimento de aquisição está alinhado com a estratégia internacional da Kirin, denominada “Visão Kirin 2015”. Ainda em 2011, os investimentos continuaram sendo destinados à cerveja Devassa Bem Loura, com sua expansão para a região Norte e Nordeste do país, local onde a cerveja Nova Schin já possui relevante participação de mercado, fortalecendo ainda mais o portfólio de produtos nestas regiões. Além disso, o portfólio de produtos da Schincariol ganhou novas embalagens, a fim de melhor atender o público consumidor, visando torná-las relevantes dentro de suas respectivas categorias e agregarem maior valor e atratividade aos negócios. Além disso, a Companhia deu sequência na

melhoria contínua da cobertura de atuação em todo o território nacional, contando com uma rede de distribuição abrangente, composta por 11 centros próprios de distribuição, localizados em regiões estratégicas do país, além de 195 revendas terceiras, e escritórios de vendas situados nos principais centros comerciais, permitindo alcançar mais de 600 mil pontos de venda de Norte a Sul do país. Para divulgação das informações, a Schincariol e suas controladas seguiram o padrão contábil IFRS, mesmo padrão adotado em 2010 e 2009. **Desempenho Financeiro:** A receita bruta atingiu R\$ 6,1 bilhões. Os Impostos sobre vendas atingiram R\$ 2,6 bilhões, um aumento interanual de 4%. A receita líquida atingiu R\$ 3,2 bilhões, com um incremento de 10% em relação ao período anterior. O resultado líquido do exercício apresentou um prejuízo de R\$ 78 milhões, refletindo impactos com o incremento nos custos das matérias primas e do forte investimento em marketing em uma marca ainda jovem, Devassa Bem Loura, e com grande potencial de mercado, que se posiciona numa faixa de mercado “main stream”, completando nosso portfólio e estratégia de produtos de maior valor agregado. Continuamos nosso programa de excelência em operações, metodologia do TPM “Total Productive Management” pelo quinto ano consecutivo, além de investimentos em eficiências energéticas, novos sistemas de informação com foco na cadeia logística, integração com a rede de distribuidores e atualização da versão do ERP. Assim, o Ebitda Normalizado atingiu R\$ 268 milhões. **Gestão Corporativa:** A Schincariol conta com um Conselho de Administração formal, atuando em caráter consultivo e representativo, assessorado pelos Comitês de Auditoria e Finanças, Estratégia e Pessoas. O Conselho de Administração é o responsável pela definição e aprovação das estratégias de negócios, bem como por ampliar e aperfeiçoar as boas práticas de Governança Corporativa, sendo atualmente composto por um Presidente e outros cinco Conselheiros. **Recursos Humanos:** A Schincariol emprega diretamente 10.224 colaboradores, contribuindo para a geração de outros 65 mil postos de trabalho de forma indireta. A atuação de cada um dos seus colaborado-

res é orientada por meio de um Código de Conduta, elaborado com base em princípios de ética, respeito e cidadania, em consonância com os valores da empresa: Pessoas, Serviços e Resultados. Em 2011, a Schincariol manteve os investimentos em treinamento, proporcionando mais de 500.000 horas de treinamentos presenciais e à distância, intensificando, assim, a utilização da plataforma de educação à distância. **Programas Sociais:** Continuamos com ações sendo desenvolvidas em 2011, privilegiando nossos colaboradores e as comunidades onde atuamos, caracterizando um esforço contínuo de melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo em que os projetos são preparados para garantir, cada vez mais, a sustentabilidade pelos próprios beneficiados. No ambiente externo, a atenção se volta para projetos ligados ao apoio a cooperativas de coletores de resíduos, oficinas de reciclagem e a inclusão social de pessoas com deficiência. Continuamos os nossos esforços na redução do consumo de água, energia e combustíveis. Mantivemos importantes projetos de parceria, como é o caso da Fundação SOS Mata Atlântica, uma iniciativa de restauração florestal, que completou quatro anos e que agora, conta também com um projeto de educação ambiental para alunos de escolas das cidades de Itu e região. Desta forma, a Schincariol causa uma influência direta e positiva na qualidade de vida de seus colaboradores e familiares, além das comunidades com as quais convive. **Destaque final:** A Administração seguirá firme no propósito de conquistar o público consumidor para, com suporte e conhecimento do Grupo Kirin, consolidar-se como uma das mais sólidas organizações do Brasil. Para tanto, continuará mantendo a excelência no padrão de qualidade e serviços, compromisso com a boa governança e ética, a fim de continuar contando com o merecido apoio dos seus *stakeholders*.

Itu, 20 de março de 2012.

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2	25	170.107	212.560
Contas a receber (Nota 8)			584.586	501.030
Estoques (Nota 9)	1	1	367.288	418.628
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 10)			64.058	89.853
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	11	860	9.283	25.123
Dividendos a receber (Nota 12)	335.872	12		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)			9.873	308
Despesas antecipadas	52	44	73.736	61.455
Demais contas a receber	400		17.582	5.549
	336.338	942	1.296.513	1.314.506
Ativos não circulantes mantidos para venda				12.521
	336.338	942	1.296.513	1.327.027
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber (Nota 8)			21.443	35.672
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 10)			66.155	62.754
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	3.153	3.011	14.503	3.011
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)			9.049	8.671
Partes relacionadas (Nota 14)		86		
Depósitos judiciais (Nota 15)	766	684	94.654	54.433
Dividendos a receber (Nota 12)		368.326		
Demais contas a receber	3.919	372.107	11.024	12.553
	1.888.071	1.952.202	216.828	177.094
Investimentos em controladas (Nota 16)				721
Outros investimentos (Nota 16)	48	48	721	14.932
Propriedade para investimento				14.932
Imobilizado (Nota 17)	654	715	2.740.823	2.800.256
Intangível (Nota 18)	16.796	16.794	135.549	144.770
	1.909.488	2.341.866	3.093.921	3.137.773
	2.245.826	2.342.808	4.390.434	4.464.800
Total do ativo				
	2.245.826	2.342.808	4.390.434	4.464.800

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	
	Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros		Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2010 (ajustado Nota 2.23)	620.879	18.317	390.801	719.689	228.614	1.978.300	
Realização do custo atribuído (<i>deemed cost</i>)				(120.391)	120.391		
Reversão de imposto de renda e contribuição social				294		294	
Lucro líquido do exercício				48.893		48.893	
Constituição de reservas		2.744	409.172		(411.916)		
Distribuição de lucros			(16.547)			(16.547)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (ajustado Nota 2.23)	620.879	21.061	783.426	599.592	(14.018)	2.010.940	
Realização do custo atribuído (<i>deemed cost</i>)				(27.241)	27.241		
Reversão de imposto de renda e contribuição social					360	360	
Prejuízo do exercício					(78.119)	(78.119)	
Distribuição de lucros				(28.332)		(28.332)	
Absorção de prejuízos				(64.536)		(64.536)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	620.879	21.061	690.558	572.351	64.536	1.904.849	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	181	6.081.601	5.665.446	
Devolução, descontos e abatimentos		(277.191)	(354.694)	
Outras receitas	(323)	38.831	16.527	
Provisão para (reversão de) créditos de liquidação duvidosos			(3.087)	6.356
Provisões diversas	268	148	(77.643)	(53.408)
	(55)	329	5.762.511	5.280.227
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados			(2.685.914)	(2.442.896)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.064)	(1.819)	(1.126.090)	(1.007.164)
Recuperação (perda) de valores com ativos permanentes		(1)	(55.758)	4.671
	(1.064)	(1.820)	(3.867.762)	(3.445.389)
Valor adicionado bruto	(1.119)	(1.491)	1.894.749	1.834.838
Depreciação e amortização	(61)	(62)	(185.886)	(171.268)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(1.180)	(1.553)	1.708.863	1.663.570
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação no resultado de controladores e provisão para perdas com investimentos	(72.700)	54.138		
Imposto de renda e contribuição social diferidos			39.338	19.233
Receitas financeiras	242	477	109.516	78.528
Aluguéis e royalties		(1)	1.026	
Valor adicionado total a distribuir	(73.638)	53.061	1.858.743	1.761.331

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de simplificar a estrutura societária, com a consequente simplificação operacional e redução dos custos incidentes sobre operações entre as empresas envolvidas. As operações foram feitas pelos valores contábeis dos patrimônios líquidos das empresas à época da incorporação. Codam Concentrados da Amazônia Ltda., incorporada pela Schincariol Logística e Distribuição Ltda., em 1º de março de 2010. • Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes do Nordeste S.A., incorporada pela Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S.A., em 1º de junho de 2010. • Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes do Norte-Nordeste S.A., incorporada pela Companhia de Bebidas Primo Schincariol, em 1º de junho de 2010. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 20 de março de 2012. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o “Custo atribuído” de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. Na preparação das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similitudes. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **(a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelos CPCs e de acordo com o IFRS emitidos pelo *International Accounting Standards Board*. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas. No caso do Grupo Schincariol as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo, e pelos efeitos na controladora da manutenção do saldo de ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008 nas controladas, que vem sendo amortizado. **(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC): • o IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”, aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	1.045	1.434	363.888	368.312
Benefícios	85	127	99.483	91.212
FGTS	79	93	27.950	29.503
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	269	493	295.292	254.177
Estaduais			1.355.510	1.181.544
Municipais		9	1.892	2.477
Menos - incentivos fiscais, incluindo o ajuste a valor presente			(394.951)	(389.270)
Financiadores				
Juros e variações cambiais	5.956	5.312	152.634	136.468
Aluguéis			30.070	34.321
Royalties			2.151	2.303
Multas e infrações	40	(64)	2.040	1.102
Doações			903	289
Remuneração de capital próprio e dividendos				
Lucros (prejuízo) do exercício	(81.112)	45.657	(78.119)	48.893
Valor adicionado distribuído	(73.638)	53.061	1.858.743	1.761.331

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)	(ajustado Nota 2.23)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(81.112)	45.657	(107.816)	34.106
Ajustes:				
Depreciação e amortização	61	62	185.866	171.268
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	5.572	5.444	113.582	105.662
Baixas provenientes de acordos contratuais e descontos concedidos			151.461	228.552
Provisão para (reversão de) provisão para perdas no imobilizado			32.622	(24.484)
Reversão de provisão para outras contas a pagar	6		(10.783)	(20.317)
Ganho na venda de ativo imobilizado			(47.401)	(32.387)
Participações em sociedades controladas	72.700	(54.138)		
Incentivos fiscais			(400.276)	(391.572)
Provisão para (reversão de) contingências	(779)	(149)	80.390	35.833
Perdas no ativo imobilizado e investimentos	635	10	44.261	31.409
Outros	266		3.958	4.997
Variação no capital circulante:				
Contas a receber		1.301	(231.508)	(299.068)
Estoques		1	167.027	(8.459)
Impostos e contribuições a recuperar		510	94.364	46.361
Demais contas a receber	(408)	(2.000)	(26.183)	(15.658)
Depósitos judiciais	3	(6)	(53.335)	(34.231)
Fornecedores	388	261	60.298	60.399
Salários e encargos sociais	(133)	97	1.892	2.517
Impostos e contribuições a recolher	138	(549)	482.524	451.364
Demais contas a pagar	(2.613)	1	(119.151)	35.490
Caixa gerado nas operações	(5.276)	(3.498)	421.812	381.782
Juros pagos			(30.364)	(28.662)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(8.901)	(6.999)
Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais	(5.276)	(3.498)	382.547	346.121
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Resgates de aplicações financeiras				13.207
Aquisições do ativo imobilizado			(326.046)	(415.464)
Aquisições do intangível	(3)	(30)	(2.012)	(357)
Aquisições de investimentos	(3.624)	(65.201)		
Alienações do intangível				418
Recebimento pela venda de ativo imobilizado			60.847	97.037
Dividendos recebidos	32.466	207.626		
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	28.839	142.395	(267.211)	(305.159)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos			51.084	66.498
Amortização de empréstimos e financiamentos			(179.107)	(135.581)
Partes relacionadas	3.815	(127.112)	(19)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(27.401)	(23.691)	(27.401)	(23.691)
Variação cambial sobre pagamento de empréstimos			(2.346)	(2.118)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(23.586)	(150.803)	(157.789)	(94.892)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquida	(23)	(11.906)	(42.453)	(53.930)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	25	11.931	212.560	266.490
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	2	25	170.107	212.560

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • o IFRS 10 - “Demonstrações Financeiras Consolidadas”

está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo. **2.2. Demonstrações financeiras consolidadas e critérios de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Schincariol Participações e Representações S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas: • Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S.A. • Companhia de Bebidas Primo Schincariol (anteriormente denominada Companhia de Bebidas do Rio de Janeiro). • Primo Schincariol Transportes S.A. (anteriormente denominada Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes do MS S.A.). • Schincariol Administração de Bens Ltda. (anteriormente denominada Schincariol Agropecuária Ltda.). • Schincariol Logística e Distribuição Ltda. • Schimar Propaganda e Publicidade Ltda. • Schincariol International Trading e Serviços, Ltda. • Primo Schincariol Indústria de Bebidas de Alagoas Ltda. • Cervejaria Baden Baden Ltda. • MS - Marketing e Serviços de Franquia Ltda. • Mango Serviços Financeiros S.A. • Indústria de Bebidas Igarassu Ltda. • Creme de la Creme Empreendimentos e Participações S.A. • Sonar Serviços e Franquias S.A. • Cervejaria Sudbrack Ltda. • Bar e Restaurante Devassa Ltda. Contempla ainda, a seguinte empresa incorporada em 2011. • Schincariol Companhia de Mineração Ltda. (incorporada em 1º de junho de 2011 pela Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S.A.). Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram adotados os seguintes procedimentos: • eliminação dos investimentos, saldos ativos e passivos e das receitas e despesas de operações realizadas entre as empresas. • as demonstrações financeiras das controladas, base para cálculo de equivalência patrimonial e para a consolidação, foram ajustadas para refletirem as mesmas práticas e critérios contábeis da controladora. Conciliação entre o patrimônio líquido da controladora e do consolidado em 31 de dezembro:

	2011	2010
	(ajustado)	(ajustado)
Patrimônio líquido	Nota 2.23	
Balanco patrimonial da controladora	1.911.431	2.020.515
Diferido (gastos pré-operacionais)	(6.582)	(9.575)
No balanço patrimonial consolidado	<u>1.904.849</u>	<u>2.010.940</u>

Conciliação entre o resultado do exercício da controladora e do consolidado em 31 de dezembro:

	2011	2010
	(ajustado)	(ajustado)
Resultado do exercício	Nota 2.23	
Resultado do exercício da controladora	(81.112)	45.657
Reversão de amortização do diferido	2.993	3.236
Resultado do exercício consolidado	<u>(78.119)</u>	<u>48.893</u>

2.3. Conversão de moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Schincariol Participações e Representações S.A. são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é também a moeda funcional da Companhia. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de "Ganhos (perdas) cambiais". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e, as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.5. Ativos financeiros - 2.5.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponível para venda em 31 de dezembro de 2011 e 2010. (a) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. (b) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de "Ganhos (perdas) cambiais" no período em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos. **2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5.4. Impairment de ativos financeiros - (a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia estão sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não há atualmente derivativos contabilizados pelos critérios de *hedge accounting*. Quando há derivativos contabilizados pelo critério de *hedge accounting*, a Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos derivativos e os itens protegidos, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações com instrumentos financeiros. Os valores justos dos vários instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7. O valor justo total dos derivativos é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido for inferior a 12 meses. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD) (*impairment*). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber

e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões. **2.8. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. Os custos dos estoques de produtos em elaboração e produtos acabados são avaliados ao custo médio de aquisição ou de fabricação, reduzido de provisão para ajustá-los ao valor realizável, quando aplicável. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de vendas. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, sobre o lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.10. Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo. **2.11. Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos. **2.12. Imobilização:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões de perdas. A reavaliação efetuada em 2007 foi considerada como custo histórico do imobilizado em 1º de janeiro de 2008, como facultado pelo art. 6º da Lei 11.638/07. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Embora tenha adotado o valor justo como custo atribuído e do consequente reflexo na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos. Os terrenos e materiais de acondicionamento e transporte não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios	35 a 50
Máquinas e equipamentos	10 a 20
Móveis e utensílios	10
Veículos	4 a 5
Outros componentes	3 a 10

Os materiais de acondicionamento e transporte são constantemente monitorados e suas baixas ocorrem por quebras e perdas e são apropriadas ao custo de produção ou ressarcidas por clientes quando praticável. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Quando os ativos avaliados ao custo atribuído são vendidos, os valores incluídos na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" são transferidos para "Lucros (prejuízos) acumulados". **2.13. Ativos intangíveis - (a) Softwares/licenças:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • o *software* pode ser vendido ou usado. • pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. (b) **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (c) **Outros ativos intangíveis:** Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados durante sua vida útil estimada. Os ativos intangíveis não são reavaliados. **2.15. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.16. Fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.17. Provisões:** As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.18. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). As contas de financiamentos de impostos a recolher classificadas no circulante e não circulante (incentivos fiscais), foram ajustadas a valor presente, por taxas consideradas pela administração como de mercado conforme prevêm os CPCs 07 e 12. **2.19. Benefícios a empregados:** Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. **2.20. Subvenções para investimentos:** As subvenções governamentais são reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em bases sistemáticas, nos termos do CPC 07. (i) **Benefícios fiscais por financiamentos:** As empresas controladas possuem benefícios fiscais relacionados a financiamentos, com taxas subsidiadas, de parte do ICMS devido em suas operações. Possuem também benefícios decorrentes de crédito presumido de ICMS e de redução do valor financeiro, a depender do atendimento de certas condições previstas nos atos normativos dos referidos benefícios, as quais vêm sendo cumpridas pelas empresas controladas. De modo a reconhecer a essência dos benefícios fiscais por financiamentos, foi efetuado o ajuste a valor presente das parcelas financiadas visando refletir o ganho decorrente da diferença entre as taxas obtidas pela Companhia em suas aplicações financeiras e as taxas de juros aplicáveis aos financiamentos. A subvenção relativa aos impostos apurados, equivalente ao ajuste a valor presente, é registrada diretamente no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". (ii) **Benefícios fiscais por crédito presumido:** O registro das subvenções é realizado diretamente no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", em regime de competência, na data em que a receita é ganha, ou seja, no momento em que as condições para que os benefícios sejam recebidos estejam integralmente sob o controle da administração. Tais condições incluem, principalmente, a manutenção de certos níveis de emprego, produção e de investimentos, bem como, adimplemento de obrigações fiscais. Essas condições vêm sendo adequadamente cumpridas. Ao final do ano, em caso de resultado positivo, é constituída reser-

va de lucros pelos valores de competência do exercício. (iii) **Lucro da exploração:** Certas empresas controladas possuem, ainda, benefício de redução do imposto de renda apurado em área incentivada de acordo com o lucro da exploração da atividade incentivada. Essa redução tributária é apresentada como redutora do imposto total apurado no período, antes da referida subvenção. (iv) **Registro de reserva de incentivos fiscais:** A parcela remanescente do lucro líquido apurado no exercício, após as deduções legais, e que decorrer dos benefícios fiscais descritos anteriormente, é destinada para formação de "Reserva de incentivos fiscais" (reserva de lucros), nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 nas demonstrações financeiras das controladas. Nas demonstrações financeiras consolidadas os incentivos fiscais ficam demonstrados no resultado do exercício. **2.21. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. (a) **Venda de produtos:** As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador. Os produtos são frequentemente vendidos com descontos por volume. As vendas são registradas com base no preço especificado nas tabelas de preço acordadas com os clientes. Os descontos e abatimentos de preços por volume ou negociações comerciais são deduzidos da receita. As bonificações em quantidade, ("dúzia de treze"), oferecidas aos clientes são acrescidas ao custo dos produtos vendidos. As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento entre 7 e 35 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. (c) **Dividendos:** Os dividendos, nas demonstrações individuais, são reconhecidos quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. **2.22. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em assembleia geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.23. Reapresentação das cifras comparativas - (a) Correção de erros:** Em 2011, foram identificados ajustes de exercícios anteriores substancialmente referentes à retificação de erros no cálculo da provisão para contingências, relacionadas a PIS e COFINS, no montante de R\$ 14.018, dos quais R\$ 5.979 referem-se ao exercício de 2010 e R\$ 8.039 a exercícios anteriores. A referência correção afetou os saldos da controladora e consolidado apresentados para o ativo, passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e de 1º de janeiro de 2010 nesses mesmos valores. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Adicionalmente, para melhor adequar a apresentação das demonstrações financeiras, durante o exercício, a administração efetuou determinadas reclassificações nas demonstrações dos fluxos de caixa e na demonstração do valor adicionado para melhor refletir sua atual estrutura de classificação das contas contábeis. Os efeitos dessas reclassificações não afetaram os resultados ou patrimônio líquido da Companhia. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

	Controladora		
	Original	Ajuste	Ajustado
Balanco patrimonial			
Ativo			
Investimentos em controladas	1.966.215	(14.013)	1.952.202
Total do ativo	2.356.821	(14.013)	2.342.808
Passivo e patrimônio líquido			
Provisão para contingências	2.595	5	2.600
Prejuízos acumulados	(17.469)	(14.018)	(14.018)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.356.821	(14.013)	2.342.808
Demonstração do resultado			
Resultado			
Participações em sociedades controladas	60.112	(5.974)	54.138
Despesas financeiras	(5.307)	(5)	(5.312)
Total do resultado	51.636	(5.979)	45.657
Demonstração do fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	51.636	(5.979)	45.657
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	5.438	6	5.444
Participações em sociedades controladas	(60.112)	5.974	(54.138)
Fornecedores	(17.469)	17.730	261
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(21.229)	17.731	(3.498)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos	189.111	18.515	207.626
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	123.880	18.515	142.395
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(114.557)	(23.691)	(138.248)
Partes relacionadas	(114.557)	(12.555)	(127.112)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(114.557)	(36.246)	(150.803)
Controladora			
2010	Original	Ajuste	Ajustado
Demonstração do valor adicionado			
Vendas brutas de produtos e serviços	181		181
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.821)	2	(1.819)
Participação no resultado de controladores e provisão para perdas com investimentos	60.112	(5.974)	54.138
Aluguéis e royalties	181	(181)	
Valor adicionado total a distribuir	59.035	(5.974)	53.061
Juros e variações cambiais	5.307	5	5.312
Lucros/Prejuízo do exercício	51.636	(5.979)	45.657
Valor adicionado distribuído	59.035	(5.974)	53.061
Consolidado			
2010	Original	Ajuste	Ajustado
Balanco patrimonial			
Ativo			
Impostos e contribuições a recuperar	89.583	270	89.853
Impostos e contribuições a recuperar - Não circulante	63.647	(893)	62.754
Depósitos judiciais	53.674	759	54.433
Demais contas a receber	11.660	893	12.553
Total ativo	4.463.771	1.029	4.464.800
Passivo e patrimônio líquido			
Provisão para contingências	432.190	15.047	447.237
Prejuízos acumulados	(14.018)	(14.018)	
Total passivo e patrimônio líquido	4.463.771	1.029	4.464.800
Demonstração do resultado			
Resultado			
Outras receitas operacionais	361.768	(2.140)	359.628
Despesas financeiras	(164.471)	(4.598)	(169.069)
Receitas financeiras	76.219	759	76.978
Total Resultado	54.872	(5.979)	48.893
Consolidado			
2010	Original	Ajuste	Ajustado
Demonstração do fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda	40.085	(5.979)	34.106
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	46.771	58.891	105.662
Provisão (reversão) para contingências	33.693	2.140	35.833
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	19.529	(25.885)	(6.356)
Provisão (reversão) para abatimento de clientes		(4.493)	(4.493)
Provisão (reversão) para perdas em estoques	11.97		

contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempadas a seguir. **(a) Redução ao valor recuperável de ativos - impairment:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais:** Esses tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Passivo contingente: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerer elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

3.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade - (a) Benefícios fiscais de ICMS: Conforme descrito na Nota 1, as principais empresas do Grupo Schincariol possuem incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em ações diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, o Grupo vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro:** A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as empresas do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. O Grupo Schincariol em função do seu ramo de negócio possui exposições mais evidentes em taxas de câmbio de reais para dólares norte-americanos e euros, além de preços das commodities, destacando-se alumínio, malte e açúcar. As empresas do Grupo Schincariol contrataram ao longo de 2011, operações de derivativos de taxa de câmbio de reais para dólares norte-americano e commodities para fixar um percentual de seu custo de produção e derivativos de taxas de câmbio reais para dólares norte-americanos e euros para fixar o custo de captação dos financiamentos de importação. Importante ressaltar que as empresas do Grupo Schincariol não se utilizam de derivativos para fins especulativos. **(a) Risco de mercado:** O objetivo da utilização de instrumentos financeiros derivativos pelo Grupo é o de proteção de seu fluxo de caixa contra a realização de cenários com preços adversos aos quais as operações estejam indexadas, com horizonte de curto prazo. As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, conforme descrito no risco de crédito, sempre se observando os limites e exposições aos riscos de câmbio e de commodities. Caso a contraparte seja avaliada por mais de uma das agências classificadoras de risco, prevalecerá sempre o menor rating. As liquidações destas operações financeiras estão associadas aos pagamentos de aquisições de insumos de produção e de liquidações de contratos de financiamento de importações, havendo, portanto compensação entre os ganhos e perdas dos instrumentos de derivativos de proteção contratados. Essas operações foram realizadas com instituições financeiras de primeira linha, em ambiente de balcão, portanto, não existem chamadas de margens, pois as operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras. O impacto no fluxo de caixa da Companhia se dará somente na data da liquidação dos contratos. **(i) Risco com taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em aumento de despesas financeiras devido às flutuações nas taxas de juros relativas aos empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra este risco, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra este risco. **(ii) Risco com taxa de câmbio:** Com o objetivo de proteger o fluxo de caixa da Companhia, que está sujeito a volatilidade da cotação de câmbio, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de compras a termo de moeda e commodities Non Deliverable Forward (NDF) além de swap de taxa de juros. **(iii) Risco de preço:** A proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada através de contratos de Non Deliverable Forward (NDF) com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações são negociadas com referência em preços das commodities cotados no mercado futuro. Todas as operações financeiras estão relacionadas à exposição de aquisições futuras de insumos de produção da Companhia, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. **(b) Risco de crédito:** As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, instituições do País com rating de no mínimo "A" (ou equivalente) em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Fitch Atlantic Rating, Moody's Investor ou Standard & Poor's, observando-se o patrimônio líquido mínimo de R\$ 2 bilhões da instituição financeira e os limites de alocação por instituição financeira conforme a Política do Grupo Schincariol. Os empréstimos entre partes relacionadas são celebrados mediante contrato de mútuo, discriminados na Nota 14(a). Os contratos existentes referem-se a operações com partes relacionadas sem ocorrência de inadimplência no passado. Em relação aos saldos de contas a receber, a administração utiliza-se de uma política interna para concessão de créditos aos clientes dos canais que opera, a qual se baseia na análise periódica do risco que o cliente oferece e, quando aplicável, a Companhia solicita garantias reais para mitigar os riscos de inadimplência. Não há classificação externa de crédito para os clientes da Companhia, que realiza análises de acordo com padrões estabelecidos pelo mercado, com revisão trimestral. O prazo médio de recebimento das contas a receber pode ser assim resumizado:

	Consolidado	
	2011	2010
Re vendas próprias		
Re vendas de terceiros	Até 28	Até 28
Autosserviço	28 a 35	28 a 35

(c) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes e acesso a facilidade de empréstimo é suficiente para financiar o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, não descontados (exceto pelos empréstimos e financiamentos com incentivos fiscais), correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os fluxos de caixa contratuais relacionados a empréstimos e financiamentos com incentivos fiscais consideram os descontos futuros, previstos em seus acordos, que serão obtidos no momento de seus respectivos pagamentos.

	Consolidado				
	Fluxo de caixa contratuais	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011					
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos com incentivo fiscal	794.204	26.605	19.721	255.104	492.773
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	385.253	33.568	64.991	49.532	237.162
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	124.040	124.040			
Fornecedores	273.161	273.161			
	1.576.658	457.374	84.712	304.636	729.935
Passivos financeiros derivativos					
Derivativos cambiais	9.829	9.829			
Derivativos de commodity	(4.747)	(4.747)			
	5.082	5.082			

(d) Análise de sensibilidade: A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, para proteção contra a flutuação do câmbio (dólar norte-americano e euro) e do preço das commodities. Elaboramos análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos, agrupando-os conforme o fator de risco: variação cambial e variação nos preços das commodities. Considerando os contratos a termo firmados até 31 de dezembro de 2011, temos os riscos de variação cambial e do preço de commodities. A análise de sensibilidade levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação do dólar norte-americano e de commodities e os seus respectivos resultados futuros que seriam gerados. **(i) Cenário provável:** Cotação do preço de câmbio e das commodities no mesmo patamar de fechamento em 31 de dezembro de 2011. **(ii) Cenário possível:** Considerando uma queda de 25% na cotação do câmbio e dos preços das commodities do cenário provável. **(iii) Cenário remoto:** Considerando uma queda de 50% na cotação do câmbio e dos preços das commodities do cenário provável.

Transação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contratos a termo de moeda	Variação do dólar norte-americano	1.379	(2.100)	(5.580)
Swap	Variação do dólar norte-americano	8.450	(17.693)	(43.837)
Contratos a termo de commodities	Variação das commodities	(4.747)	(10.984)	(17.221)

Impacto líquido no resultado - Receita (Despesa) 5.082 (30.777) (66.638)

4.2. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo como um todo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A gestão de capital não é administrada considerando suas entidades legais isoladamente. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **4.3. Estimativa do valor justo:** A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja

diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). Os instrumentos financeiros derivativos existentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram mensurados levando-se em consideração o Nível 2. Em nenhum ano, a Companhia realizou transferência entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros. Presupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por instrumentos financeiros derivativos, caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias. Os instrumentos financeiros derivativos, no valor de R\$ 9.873 (2010 - R\$ 308) no ativo circulante e R\$ 4.791 (2010 - R\$ 1.609) no passivo circulante são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os demais instrumentos são integralmente classificados como empréstimos e recebíveis no ativo no valor de R\$ 804.742 (2010 - R\$ 766.779) e como outros passivos financeiros no valor de R\$ 1.533.790 (2010 - R\$ 1.521.047).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	2	25	27.767	27.652
Certificado de depósito bancário - CDB			26.240	40.269
Fundos de investimentos			38	82.546
Debêntures pós-fixadas			116.062	46.081
Letra de crédito do agronegócio				16.012
	2	25	170.107	212.560

O saldo de aplicações em fundos está concentrado em Fundo de Investimento Multimercado - exclusivo sem renda variável. A remuneração do fundo possui como meta a variação do CDI. Os CDBs, debêntures e letras de crédito do agronegócio possuem liquidez imediata.

7. Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado			
	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros - valor justo por meio do resultado	8.451			
Contratos de câmbio a termo - valor justo por meio do resultado	1.382	3	308	1.609
Contratos a termo de commodities - valor justo por meio do resultado	40	4.788	308	1.609
	9.873	4.791	308	1.609

Em 31 de dezembro de 2011 não havia operações negociadas com vencimento superior a 12 meses. O valor reconhecido no resultado decorrente de operações com derivativos liquidadas no exercício, totaliza uma perda de R\$ 6.118. **(a) Contratos de swap de taxas de juros:** Os valores de referência (nacional) dos contratos de swap de taxa de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2011, totalizam R\$ 102.093. **(b) Contratos de câmbio a termo:** Os valores de referência (nacional) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2011, totalizam R\$ 13.489 (2010 - R\$ 69.957). **(c) Contratos a termo de commodities:** Os valores de referência (nacional) dos contratos a termo de commodities, em aberto em 31 de dezembro de 2011, totalizam R\$ 30.420.

8. Contas a receber - (a) Composição do saldo

	Consolidado	
	2011	2010
Clientes nacionais	678.517	599.699
Cheques a depositar	14.838	14.025
Clientes estrangeiros	3.407	2.585
Menos: provisão para impairment de contas a receber	(90.733)	(79.607)
Contas a receber, líquidas	606.029	536.702
Menos parcela não circulante	(21.443)	(35.672)
Circulante	584.586	501.030

(b) Idade do saldo de contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2011	2010
A vencer	454.216	430.951
Vencidos até 90 dias	90.310	61.039
Vencidos há mais de 90 dias	152.236	124.319
	696.762	616.309

(c) Movimentações na provisão para impairment de contas a receber

	Consolidado	
	2011	2010
Saldo em 1º de janeiro de 2010	68.758	
Adições	12.405	
Baixas	(1.556)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	79.607	
Adições	14.929	
Baixas	(3.803)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	90.733	

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Produtos acabados			85.051	107.413
Produtos semi acabados			30.821	30.762
Matérias-primas			86.859	117.636
Materiais de embalagem			67.642	74.777
Almoxarifado	1	1	97.967	100.903
Material de propaganda e promoção			5.643	9.070
Importações em andamento			10.459	4.884
Provisão para perdas			(23.921)	(32.581)
Outros			6.767	5.564
	1	1	367.288	418.628

10. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	2011	2010
IRPJ	158	3.997
ICMS	75.940	69.062
PIS	12.479	17.514
COFINS	55.281	71.988
Ajuste a valor presente de impostos a recuperar sobre ativo imobilizado	(9.343)	(9.697)
Provisão para perdas	(5.671)	(674)
Outros	1.369	417
	130.213	152.607
Menos parcela não circulante	(66.155)	(62.754)
Circulante	64.058	89.853

11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
IRPJ	3.164	3.704	22.800	26.917
CSLL	167	985	1.217	
	3.164	3.871	23.785	28.134
Menos parcela não circulante	(3.153)	(3.011)	(14.502)	(3.011)
Circulante	11	860	9.283	25.123

12. Dividendos a receber:

Refere-se à distribuição de dividendos a receber junto à Primo Schincariol Indústria de Cerveja e Refrigerantes S.A. conforme deliberação de 27 de abril de 2010. Encontra-se em discussão pela administração da controlada a possibilidade de capitalização ou a prorrogação do prazo para recebimento do montante em aberto.

13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Consolidado	
	2011	2010
Ativo de tributo diferido		
Ativo de tributo diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	438.517	408.856
Ativo de tributo diferido a ser recuperado em até 12 meses	17.194	12.808
	455.711	421.664

	Consolidado	
	2011	2010
Passivo de tributo diferido		
Passivo de tributo diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	(459.310)	(431.876)
Passivo de tributo diferido a ser liquidado em até 12 meses	(28.064)	(61.696)
	(487.374)	(493.572)
Tributo diferido (ativo e passivo, líquido)	(31.663)	(71.908)

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	
	2011	2010
Ativo de tributo diferido		
Prejuízos fiscais de imposto de renda a compensar	11.559	9.289
Bases negativas de contribuição social	4.161	3.344
Diferenças temporárias		
Outros	(96)	(51)
Provisão para realização	(15.624)	(12.582)
Total Ativo		

	Consolidado	
	2011	2010
Ativo de tributo diferido		
Prejuízos fiscais de imposto de renda a compensar	418.635	320.670
Bases negativas de contribuição social	198.170	166.302

	Consolidado	
	2011	2010
Diferenças temporárias	26.711	19.864
Efeitos decorrentes da lei 11.638	125.137	101.348
Provisão para contingências	16.136	22.891
Provisão para perdas em ativos	13.751	19.092
Provisão para devedores duvidosos	14.900	13.393
Depósito Judicial	47.111	38.298
Custos Corporativos	2.056	6.427
Amortização Ágio	10.715	8.356
Outros	15.941	19.871
Provisão para Realização	(433.552)	(314.847)
Total Ativo	455.711	421.665

Passivo de tributo diferido

	Consolidado	
	2011	2010
Amortização ágio somente fiscal	(7.077)	(4.718)
Receita de ajuste a valor presente	(7.419)	(6.066)
Custo corporativo	(1.816)	(7.571)
Incentivo fiscal	(88.930)	(85.765)
Reavaliação/deemed cost	(374.182)	(383.729)
Outros	(7.950)	(5.724)
Total Passivo	(487.374)	(493.573)
Tributo diferido (ativo e passivo, líquido)	(31.663)	(71.908)

(b) Estimativa de realização: Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o tributário, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses créditos. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido ou prejuízo da Companhia e o resultado do imposto de renda e contribuição social. **(c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício:** Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(81.112)	45.657	(107.816)	34.106
Imposto calculado com				

(b) Movimentação dos investimentos

	Primo Schincariol		Cia de Bebidas		Schincariol	Schimar	Schincariol	Schincariol	Cervejaria Baden	Demais investimentos	Total
	ICR Nordeste	ICR	Primo Schincariol	Administração de Bens							
Saldos em 1º de janeiro de 2010	1.635.845	196.252	477.031	8.075	17.301	45	45.923	22.849	13.451	2.416.772	
Aumento de capital				1.400	38.000			19.376	6.053	64.829	
Incorporação	(1.054.544)	1.054.544				1.035				1.035	
Dividendos	(517.968)									(517.968)	
Participações no resultado de controladas	52.222	20.358	(158.937)	185	1.530	154.540	1.291	(2.869)	(8.208)	60.112	
Participação no patrimônio líquido de controladas	(115.555)	(145.904)	(78.734)	(5)	(30)	(60.283)			(2.308)	(402.819)	
Ajustes de avaliação patrimonial		289.311	36.782			(341)				325.752	
Outros		237	58						4.242	4.537	
Saldos em 31 de dezembro de 2010		1.414.798	276.200	9.655	56.801	94.996	47.214	39.356	13.230	1.952.250	
Aumento de capital								3.624		3.624	
Incorporação		5.052							(5.052)		
Baixa de ágio		(589)				(45)				(635)	
Participações no resultado de controladas		(157.286)	(5.182)	(3.427)	1.257	98.031	1.330	768	(2.646)	(67.156)	
Participação no patrimônio líquido de controladas										36	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1	1.261.975	271.018	6.228	58.058	192.982	48.544	43.748	5.568	1.888.119	
Investimento		1.262.270	271.018	6.228	58.061	192.983	48.696	12.140	1.148	1.852.517	
Ágio		(296)			(3)	(1)	(125)	31.608	4.420	35.604	
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		1.261.975	271.018	6.228	58.058	192.982	48.544	43.748	5.568	1.888.119	

(c) Provisão para perdas em controladas: Os compromissos da Companhia em relação a passivos a descoberto de controladas são devidamente provisionados, como segue:

	Controladora		Saldo em 31 de dezembro de 2010	Terrenos	Edifícios	Outros	Total
	2011	2010					
Primo Schincariol Indústria de Bebidas de Alagoas Ltda.	8.487	3.268	Custo total	33	619	63	715
	8.487	3.268	Depreciação acumulada		1.519	150	1.702
			Saldo contábil, líquido		(900)	(87)	(987)
			Saldo em 31 de dezembro de 2010	33	619	63	715
			Depreciação		(61)	(61)	(61)
			Saldo em 31 de dezembro de 2011	33	558	63	654
			Custo total	33	1.520	150	1.703
			Depreciação acumulada		(962)	(87)	(1.049)
			Saldo contábil, líquido	33	558	63	654

(b) Consolidado

	Terrenos		Edifícios		Máquinas e equipamentos		Material de acondicionamento e transporte		Outros		Imobilizado em andamento		Total
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Saldo em 1º de janeiro de 2010	142.056	739.018	1.096.570	2.395.967	137.098	28.505	2.397.214						
Aquisições	70	1.446	2.336	131.577	50.560	281.003	466.992						
Alienações	(10)	(10)	(5.953)	(73.058)	(567)	(738)	(80.326)						
Transferências	(467)	13.412	84.857	648	(614)	(100.025)	(2.189)						
Transferência para propriedade para investimento	(3.129)	(5.961)					(9.090)						
Depreciação		(15.938)	(90.652)	(1.032)	(46.345)		(153.967)						
Adiantamentos (baixa) a fornecedores		6.574	116.624		(3.255)		119.943						
Outros					61.679		61.679						
Saldo em 31 de dezembro de 2010	138.530	738.541	1.203.782	2.395.967	198.556	208.745	2.800.256						
Custo total	138.530	776.256	1.526.464	312.265	432.096	208.745	3.394.356						
Depreciação acumulada		(37.715)	(322.682)	(163)	(233.540)		(594.100)						
Saldo contábil, líquido	138.530	738.541	1.203.782	312.102	198.556	208.745	2.800.256						
Saldo em 31 de dezembro de 2010	138.530	738.541	1.203.782	312.102	198.556	208.745	2.800.256						
Aquisições		216	10.150	61.051	23.700	215.603	310.720						
Alienações		(43)	(705)	(52.598)	(3.606)	(217)	(57.169)						
Transferências	379	51.510	200.143	9	54.715	(307.080)	(324)						
Transferência para propriedade para investimento	(753)	(5.991)					(6.744)						
Depreciação		(17.021)	(110.830)		(42.233)		(170.084)						
Adiantamentos (baixa) a fornecedores		(6.574)	(116.624)		(3.427)	15.059	(111.566)						
Outros					(24.266)		(24.266)						
Saldo em 31 de dezembro de 2011	138.156	760.638	1.185.916	320.564	203.439	132.110	2.740.823						
Custo total	138.156	814.002	1.617.079	320.729	450.347	132.110	3.472.423						
Depreciação acumulada		(53.364)	(431.163)	(165)	(246.908)		(731.600)						
Saldo contábil, líquido	138.156	760.638	1.185.916	320.564	203.439	132.110	2.740.823						

(a) Teste de recuperabilidade dos ativos: Como mencionado na Nota 2.15, no exercício de 2011 a administração efetuou testes de recuperabilidade dos ativos da Companhia nas unidades geradoras de caixa (UGCs) das unidades de Itu, Cachoeiras de Macacu e Horizonte, as quais apresentaram indicativos de *impairment*. Após agrupar seus ativos em unidades geradoras de caixa, tais testes foram executados por meio de projeções de fluxo de caixa abrangendo um período de 22 anos, considerando período médio de vida útil dos ativos correspondentes, bem como por meio da comparação dos valores contábeis com os valores de mercado dos ativos. Os fluxos projetados foram trazidos a valor presente considerando taxas que refletem, na avaliação da administração da Companhia, o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos. Tais projeções foram preparadas com base em orçamentos aprovados. A comparação do valor contábil dos ativos com o seu valor em uso indicou insuficiência de geração de caixa para suportar os ativos registrados nessas UGCs. A administração efetuou testes de recuperabilidade complementares por meio da avaliação ao valor de mercado dos ativos, os quais estão suportados por laudos de empresa de avaliação independente. Nessa nova comparação, o valor contábil dos ativos foi superado pelo valor de mercado e, portanto, foi concluído que não há a necessidade de qualquer ajuste em relação ao seu valor de recuperação. **(b) Bens dados em garantia:** Em razão de empréstimos bancários assumidos pela Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2011, existem bens móveis e imóveis no montante de R\$ 443.208, que foram conferidos como garantias de empréstimos bancários. Tal restrição não está impactando o uso desses bens e as operações da Companhia. **(c) Outras informações:** A depreciação do imobilizado do exercício de 2011 alocada ao custo dos produtos vendidos totaliza R\$ 131.546 (2010 - R\$ 114.102) e às despesas, R\$ 38.537 (2010 - R\$ 50.982). As operações de arrendamento operacional nos valores de R\$ 17.046 e R\$ 12.689 (2010 - R\$ 15.006 e R\$ 15.461) referentes a arrendamentos de máquinas e equipamentos e veículos, respectivamente, estão incluídas nas demonstrações de resultados da Companhia. **18. Intangível:** O saldo na controladora é composto por marcas e patentes adquiridos.

	Marcas e patentes		Software licenças		Ágio		Outros		Total
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Saldo em 1º de janeiro de 2010	16.889	12.926	97.621	26.499	153.935				274.445
Aquisição	30	49		280	355				674
Alienação		(558)			(558)				(558)
Transferências		2.189			2.189				2.189
Amortização	(4)	(4.040)	(7.111)	(11.155)	(14.770)				(23.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	16.915	10.566	97.621	19.668	144.770				279.974
Custo total	16.928	23.569	97.621	35.997	174.115				274.652
Amortização acumulada	(13)	(13.003)	(23.440)	(40.255)	(67.845)				(134.543)
Saldo contábil, líquido	16.915	10.566	97.621	19.666	144.770				240.131
Saldo em 1º de janeiro de 2011	16.915	10.566	97.621	19.666	144.770				279.974
Aquisição	5	2.007			2.012				4.019
Alienação			(633)		(633)				(633)
Transferências		326			326				326
Amortização	(5)	(3.811)	(7.110)	(10.926)	(15.046)				(26.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.915	9.088	96.988	12.558	135.549				274.100
Custo total	16.932	25.886	96.988	35.998	175.804				277.620
Amortização acumulada	(17)	(16.798)	(23.440)	(40.255)	(67.845)				(134.543)
Saldo contábil, líquido	16.915	9.088	96.988	12.558	135.549				240.131

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Nacionais	399	10	233.680	291.222
No exterior			26.892	30.405
Importações em andamento			12.589	5.750
	399	10	273.161	327.377

20. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos financeiros médios anuais - % a.a		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Moeda nacional				
BNDES	7,50	43,041	105,307	
FINAME	7,38	278,751	248,058	
Títulos negociados		309	34,957	
Fundopen RS (ICMS)	5,00 + IPCA	154,782	119,427	
DESEMBAHIA	TJLP	106,497	93,469	
Financiamento - CODIM	3,00	369,517	328,161	
Sincoex	IGP-M	230,726	222,052	
Refinanciamento Benevides - ICMS	10,32	14,871	16,639	
ICMS Ceará	TJLP	61,306	53,873	
Ajuste a valor presente - Fundopen		(17,626)	(14,491)	
Ajuste a valor presente - DESEMBAHIA		(4,918)	(3,503)	
Ajuste a valor presente - CODIM		(205,139)	(199,297)	
Ajuste a valor presente - Sincoex		(26,752)	(27,348)	
Ajuste a valor presente - ICMS Ceará		(5,472)	(5,995)	
Outros				
Moeda estrangeira				
FINIMP (2011 - US\$ 64.731; 2010 - US\$ 17.521; 2009 - US\$ 6.233)	2,75	121,423	29,487	
FINIMP (2010 - EUR 17.844)	2,37		40,256	
			1.121.316	1.041.052
			(738.078)	(713.691)
			383.238	327.361

Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2011	2010
2012		139.922
2013		97.822
2014		50.453
2015		38.359
2016		387.135
2017		286.714
	738.078	713.691

Linhas de crédito: Em julho de 2010, o Grupo Schincariol (Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S.A., Companhia de Bebidas Primo Schincariol, Indústria de Bebidas Igarassu Ltda., Schincariol Logística e Distribuição Ltda. e Sonar Serviços e Franquias S.A.), assinou contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no montante total de R\$ 505.966 para implantação/ampliação de capacidade de produção, reformas e modernização de ativos imobilizados, obras civis, material de acondicionamento, implantação de projetos de qualidade, produtividade, ambientais e programas de investimentos sociais. Os recursos serão disponibilizados à medida da comprovação junto ao BNDES da realização do plano de investimentos de cada beneficiária. Os contratos serão garantidos pelo aval da controladora Schincariol Participações e Representações S.A. e por *covenants* financeiros apurados nas demonstrações financeiras. Essa linha de crédito não foi utilizada até a data de 31 de dezembro de 2011.

21. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de Renda			29.208	24.347
ICMS			169.325	139.935
PIS			2.083	179
COFINS	1	1	13.394	809
PAES	250	249	37.665	47.511
Provisão de impostos sobre estoques obsoletos (ICMS, IPI, PIS e COFINS)			3.813	4.225
Outros	39	39	1.803	17.322
			290	289
			(143)	(249)
			147	40
			237.407	204.479

22. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	2011	2010
IRPJ	165	194
CSLL	599	1.629
	764	1.823

23. Provisão para contingências: A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração das Companhias, suportadas pela opinião de seus consultores legais externos. **(a) Composição da provisão para contingências:** Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2011		2010	
	Contingências	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Controladora				
Contingências de naturezas tributárias (i)	2.281	(394)	1.887	2.600
	2.281	(394)		